



República de Moçambique

Conselho de Ministros

Decreto n.º /2001

de de Fevereiro

A utilização e gestão correctas do ambiente e das suas diversas componentes, com vista a garantir o desenvolvimento sustentável do país, passa necessariamente pelo exercício da fiscalização das actividades públicas e privadas que de forma directa ou indirecta possam influir no meio ambiente.

Assim, nos termos do artigo 28, da Lei n.º 20/97, de 01 de Outubro, conjugado com o disposto no artigo 33 da mesma Lei, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1

É aprovado o Regulamento Inspeção Ambiental, em anexo, que é parte integrante deste Decreto.

Artigo 3

O presente Decreto entra imediatamente em vigor, após a sua publicação.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se

O Primeiro- Ministro

Pascoal Manuel Mocumbi

REGULAMENTO DA INSPECÇÃO AMBIENTAL

Capítulo I Disposições Gerais

Artigo 1 (Objecto)

1. A Inspeção Ambiental (*é necessário definir o que é a IA*)
2. A Inspeção Ambiental é parte integrante da Inspeção Geral do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental e tem como função o controlo e fiscalização do cumprimento das normas de protecção ambiental a nível nacional.

Artigo 2 (Âmbito de aplicação)

A Inspeção ambiental realiza-se em todo o território nacional.

Artigo 3 (Funções da Inspeção Ambiental)

A Inspeção Ambiental, consiste em:

- a) fiscalizar os licenciamentos e registos de actividades relacionadas com o uso e aproveitamento dos recursos naturais;
- b) fiscalizar as acções de auditoria e monitorização ambiental, ou o estado do próprio ambiente onde aquelas acções não tenham sido realizadas;
- c) fiscalizar o cumprimento de medidas de mitigação com vista a reduzir ou suprimir os efeitos negativos de quaisquer actividades sobre o ambiente;
- d) verificar o estado do ambiente, no local de actividades de desenvolvimento, confirmando se as recomendações de eventual auditoria foram aplicadas;
- e) participar ao Ministério Público das infracções que atentem contra os valores ambientais protegidos por lei e passíveis de acção criminal.
- f) realizar em coordenação com os organismos de tutela das actividades, a inspecção das actividades licenciadas e empreendimentos susceptíveis de causar danos ao meio ambiente;
- g) verificar o cumprimento das leis, normas e regulamentos relativos ao ambiente em todo o território nacional;
- h) levantar os autos necessários para o sancionamento dos transgressores das normas vigentes sobre questões ambientais.

Capítulo II Tipos e Formas de Inspeção

Artigo 4

(Tipos de Inspeção Ambiental)

A Inspeção Ambiental realiza dois tipos de inspecção:

- a) Ordinária, quando realizada no plano de actividades da entidade tutelar da coordenação ambiental.
- b) Extraordinária, quando se realize com vista a atingir determinados objectivos relativos a qualquer actividade pública ou privada que possa pôr em causa o equilíbrio do ambiente.

Artigo 5 (Formas de Actuação)

1. Os inspectores ambientais, quando em serviço de inspecção, devem informar da sua presença o responsável pela entidade inspeccionada ou seu representante, devendo ter acesso à documentação relacionada com o objectivo da sua presença, devendo também ser-lhes permitido recolher amostras e cópias da documentação em causa .
2. Antes de abandonarem o local visitado devem, sempre que lhes seja possível, comunicar o término da missão ao responsável pela entidade inspeccionada ou seu representante, devendo informá-lo sobre as constatações preliminares da inspecção.

Capítulo III Princípios Orientadores e Garantias

Artigo 6 (Princípios Orientadores)

1. A Inspeção Ambiental concretiza-se através das acções incluídas no plano anual de actividades da Inspeção Geral do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental, bem como de outras determinadas pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental.
2. A Inspeção Ambiental na sua actuação guia-se por princípios de independência, isenção e legalidade em estrita observância das normas que a regem e da legalidade dos seus actos.

Artigo 7 (Garantias em Geral)

1. Nas inspecções, os agentes da Inspeção Ambiental, não observam instruções ou ordens que possam pôr em causa a sua independência técnica.
2. Quando as instituições visitadas sejam dirigidas pelo cônjuge, parente ou afim na linha recta ou até ao 3 ° grau da linha colateral de qualquer dos agentes da inspecção, este deve declara-se impedido, indicando-se outro para o substituir.

Artigo 8

(Autuação)

Detectando-se qualquer irregularidade relativa à observância das normas de protecção ambiental, os agentes da Inspecção Ambiental procederão ao levantamento do respectivo auto.

Artigo 9

(Dos autos)

Dos autos deve constar, necessariamente:

- a) o nome da pessoa singular ou colectiva autuada;
- b) o facto constitutivo da irregularidade;
- c) o local, a hora e a data da constatação;
- d) a norma legal em que se fundamenta a autuação;
- e) a identificação e assinatura do agente;
- f) a assinatura do autuado ou do seu legal representante.
- g) O prazo para a apresentação da defesa.

Artigo 10

(Recusa do autuado)

Caso o autuado ou o seu legal representante se recusem a assinar o respectivo auto, o agente autuante deve tomar as seguintes providências:

- a) declarar tal facto no próprio auto;
- b) solicitar a subscrição de duas testemunhas;
- c) fazer a remissão do auto para o autuado através do correio com aviso de recepção.

Artigo 11

(Correcção de irregularidades)

1. Nos casos em que as irregularidades detectadas possam ser supridas por simples reposição da regularidade, fixar-se-á um prazo razoável ao autuado para agir em conformidade.
2. Decorrido o prazo para reposição da regularidade, far-se-á nova inspecção e lavrar-se-á o respectivo termo de regularização.
3. Se a nova fiscalização detectar a permanência da irregularidade ou irregularidades, proceder-se-á à aplicação da multa prevista para o caso concreto.

Artigo 12

(Autos de multa)

1. O auto de multa deverá conter:

- a) o nome da pessoa singular ou colectiva autuada;
- b) o número e data do auto de constatação anterior;
- c) o número e data do auto de multa anterior pela mesma infracção, se houver;
- d) a descrição do acto ou facto que constitui a infracção, o local e a data;
- e) menção da norma legal infringida;
- f) multa imposta e seu fundamento legal;
- g) prazo para correcção da irregularidade;
- h) prazo para apresentação da defesa;
- i) identificação e assinatura da autoridade autuante;
- j) assinatura do autuado ou do seu legal representante.

2. Em caso do autuado ou do seu legal representante se recusarem a assinar o respectivo auto, o agente autuante deverá tomar as providências constantes do Artigo 10.

Artigo 13

(Cobrança de multas)

- 1. O infractor dispõe de 30 dias para pagar a multa aplicada, contados a partir da data de recepção da notificação.
- 2. Decorrido o prazo supra estipulado sem que o infractor tenha procedido ao respectivo pagamento, o auto será remetido ao Juízo Privativo de Execução Fiscal, para execução.

Capítulo IV

(Direitos e Prerrogativas)

Artigo 14

(Direitos no exercício da função)

Os inspectores e técnicos, quando em serviço e sempre que necessário ao desempenho das suas funções, para além de outros previstos na lei geral, gozam dos direitos e prerrogativas seguintes:

- a) acesso aos serviços e dependências das entidades objecto da intervenção da Inspeção Ambiental;
- b) Utilização de instalações adequadas ao exercício das suas funções em condições de dignidade e eficácia e obtenção da colaboração do pessoal que se mostre indispensável;
- c) Corresponder-se com quaisquer entidades públicas ou privadas sobre assuntos de interesse para o exercício das suas funções ou para a obtenção dos elementos que se mostrem indispensáveis;

- d) Requisitar às autoridades policiais a colaboração necessária ao exercício das suas funções, designadamente em casos de resistência a esse exercício.

Artigo 15
(Defesa pessoal)

Os Inspectores em serviço na Inspecção Ambiental gozam do direito de porte e uso de armas de fogo para a auto – defesa, em conformidade com as normas legais e regulamentares vigentes no país.

Artigo 16
(Livre Trânsito)

Os inspectores ambientais e técnicos em missão de serviço têm livre trânsito e ingresso em todas as gares, estações, cais de embarque, docas aeroportos, aeródromos e em quaisquer outros lugares públicos mediante a apresentação do documento de identificação a que se refere o n.º 1 do artigo 18.

Artigo 17
(Solicitação de Diligências)

Os Inspectores ambientais e chefes de brigada de inspecção podem requisitar a quais quer autoridades civis e forças policiais, as informações e auxílio de que careçam no desempenho das suas funções e em defesa dos interesses do Estado.

Artigo 18
(Documento de Identificação)

1. Os inspectores e técnicos em serviço na Inspecção ambiental, serão titulares de cartão de identificação apropriado, de modelo a aprovar pelo Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental.
2. Além do documento de identificação a que se refere o número anterior e o do artigo 105.º do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, os inspectores e técnicos da Inspecção Ambiental, quando em serviço de inspecção, serão munidos de credencial ou guia de marcha, na qual se descrimina a composição da brigada.

Capítulo V
Disposições Finais

Artigo 19
(Deveres das entidades visitadas)

1. Os responsáveis das instituições objecto de inspecções, devem prestar toda a colaboração necessária ao bom desempenho das tarefas cometidas ao pessoal inspectivo, especialmente no pronto e eficiente fornecimento de documentação e informações solicitadas.

2. As entidades objecto da intervenção da Inspeção Ambiental devem fornecer às brigadas de inspecção instalações adequadas ao exercício das suas funções, em condições de dignidade e eficácia.
3. A recusa da fornecimento de quaisquer informações ou elementos solicitados, bem como a falta injustificada da devida colaboração por parte das instituições a inspecionar, será objecto de participação ao Ministério Público.

Artigo 20 **(Dever de Sigilo)**

Além da sujeição aos deveres gerais inerentes ao exercício de funções públicas, os funcionários da Inspeção Ambiental estão especialmente obrigados a guardar rigoroso sigilo em todos os assuntos de que tiverem conhecimento no exercício ou por causa do exercício das suas funções.

Artigo 21 **(Incompatibilidades)**

É vedado aos funcionários da Inspeção ambiental:

- a) Executar quaisquer acções de natureza inspectiva ou disciplinar em que sejam visados cônjuges, parentes ou afins em qualquer grau da linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral;
- b) Exercer actividades alheias ao serviço que respeitem a entidades relativamente às quais o funcionário tenha realizado nos últimos três anos quaisquer acções de natureza inspectiva ou disciplinar;
- c) Exercer qualquer outra função ou actividade remunerada sem prévia autorização.

Artigo 22 **(Multas e Penalidades)**

(neste artigo é para se fazer uma previsão do tipo de acções que são passíveis de multa, e o montante destas)

Artigo 21 **(Destino das receitas das multas)**

1. Os valores das multas estabelecidas no presente regulamento serão actualizadas sempre que se mostre necessário por diploma ministerial conjunto dos Ministros do Plano e finanças e para a Coordenação da Acção Ambiental.
2. Os valores das multas estabelecidos no presente diploma terão o seguinte destino:

- a) _____% *para o orçamento do Estado.*
- b) _____% *para o Fundo do Ambiente (FUNAB).*

Artigo 22
(Esclarecimento de dúvidas)

Quaisquer dúvidas surgidas no decurso da aplicação do presente Regulamento serão devidamente esclarecidas, por despacho do Ministro para a Coordenação da Acção Ambiental.